

Margens e memórias: os ribeirinhos do rio Doce e os desafios territoriais em Governador Valadares

Riverside and memories: Rio Doce's riverine dwellers and territorial hurdles in Governador Valadares, Minas Gerais, Brazil

Edilson Faria Lima

Mestre em Gestão Integrada do Território

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), Governador Valadares, Minas Gerais

edilsonfarialima2016@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-8435-0780>

Patrícia Falco Genovez

Doutora em História

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) , Governador Valadares, Minas Gerais

patricia.genovez@univale.br

<https://orcid.org/0000-0003-4453-7312>

Bruno Rangel Capilé de Souza

Doutor em História

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) , Governador Valadares, Minas Gerais

bruno.capile@univale.br

<https://orcid.org/0000-0001-8860-7584>

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo

Resumo: O artigo analisa as relações socioecológicas entre o rio Doce e as comunidades ribeirinhas urbanas de Governador Valadares. Destaca-se as perspectivas histórica, econômica, cultural e política do rio na constituição do território e das identidades locais. A investigação se apoia em três perspectivas interligadas: o rio como recurso, como sagrado e como risco. Além de ser essencial para a subsistência e a memória cultural dessas comunidades, o rio também evoca vulnerabilidades, especialmente frente às enchentes sazonais e ao desastre da barragem de rejeitos de mineração da Samarco em 2015, que impôs profundos impactos socioambientais. Discute-se ainda os desafios relacionados à urbanização e à mineração, e como esses processos afetam a qualidade de vida e a permanência territorial dos ribeirinhos. Em suma, a realidade dos ribeirinhos de Governador Valadares reflete um território vívido, onde a perspectiva econômica, que vê o rio como recurso, convive e tenciona com a dimensão cultural, que o concebe como sagrado, e são atravessadas pela dimensão política do risco, que estrutura vulnerabilidades.

Palavras-chave rio Doce; ribeirinhos urbanos; relações socioecológicas; memória; riscos

Abstract: This article analyzes the socio-ecological relationships between the Doce River and the urban riverine communities of Governador Valadares, Minas Gerais, Brazil. It highlights the historical, economic, cultural, and political perspectives of the river in shaping the territory and local identities. The investigation is based on three interconnected perspectives: the river as a resource, as sacred, and as a risk. Besides being essential for the subsistence and cultural memory of these communities, the river also evokes vulnerabilities, especially in the face of seasonal floods and the 2015 Samarco mining tailings dam disaster, which imposed

profound socio-environmental impacts. The challenges related to urbanization and mining, and how these processes affect the quality of life and territorial permanence of the riverine dwellers, are also discussed. In essence, the reality of Governador Valadares' riverine inhabitants reflects a lived territory where the economic perspective, viewing the river as a resource, coexists and creates tension with the cultural dimension, which conceives it as sacred. Both, however, are permeated by the politics of risk, which structures vulnerabilities and challenges.

Keywords: Doce river; urban riverine dwellers; socioecological relations; memory; risk.

Introdução

O rio Doce desempenha um papel essencial na vida das pessoas que vivem ao longo de seu vale. Sua presença é sentida de formas diversas: ora como recurso vital para o desenvolvimento econômico e social da região (Jasso, 2016), ora como entidade sagrada e ancestral para os povos originários, como os indígenas Krenak, que o reconhecem como parente e guardião de suas memórias (Krenak, 2019), ora como ameaça latente nos períodos de chuva, quando suas águas transbordam ou carregam rejeitos de mineração, como no desastre da barragem de Fundão, em 2015.

Essa tridimensionalidade do rio como recurso, sagrado e risco nos revela a complexidade da relação indissociável sociedade-natureza no contexto da bacia do rio Doce, especialmente em Governador Valadares, cidade marcada por uma profunda dependência histórica, simbólica e material das águas que a atravessam. A proximidade com o rio, embora estruturante, impõe desafios significativos aos ribeirinhos urbanos, cuja subsistência, memória e qualidade de vida estão diretamente conectadas ao seu fluxo, mas também às suas rupturas.

Este artigo tem como objetivo analisar as relações socioecológicas entre o rio Doce e os ribeirinhos urbanos em Governador Valadares, enfatizando dimensões históricas, sociais, econômicas, ambientais e afetivas. Para isso, adota-se uma abordagem multidisciplinar, fundamentada no conceito de relação socioecológica (Capilé, 2023). O recorte temporal de nossa análise é o início do século XXI até o ano de 2024, momento em que intensas transformações do neoextrativismo da mineração, contemplando o rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco em Mariana no ano de 2015, e até o ano de 2024 momento em que foram realizadas parte das entrevistas (ver Notas).

No vale do rio Doce, as relações metabólicas com o rio são visíveis na extração de areia, na pesca, na agricultura irrigada e no uso das águas para fins domésticos e

industriais. No plano imaterial, essas relações incorporam costumes como o banho de rio, a pesca de barranco e, mais recentemente, práticas como o surfe fluvial e a canoagem. Essa convivência revela uma sacionatureza híbrida (Swyngedouw, 2001), onde os processos materiais e a memória ribeirinha se entrelaçam.

A relevância deste estudo reside na urgência de se pensar um modelo de desenvolvimento urbano que respeite os limites ecológicos do rio e promova justiça territorial e ambiental para as comunidades ribeirinhas. A degradação das águas, a intensificação da mineração, os processos de urbanização excludente e os eventos extremos como enchentes e desastres tecnológicos não só comprometem o ambiente natural, mas também ameaçam modos de vida e vínculos históricos profundamente enraizados nas margens do rio.

Em síntese, este trabalho busca oferecer uma visão integrada da dinâmica entre o rio Doce e os ribeirinhos urbanos de Governador Valadares, reconhecendo o território como espaço vivido e disputado, onde se expressam identidades, afetos, riscos e resistências.

Território e Relação Socioecológica com o rio Doce

As margens do rio Doce, em Governador Valadares, são mais do que um espaço geográfico delimitado: constituem um território vivido, construído por vínculos afetivos, práticas cotidianas, memórias coletivas e dinâmicas materiais entre sociedade e natureza. Esse território ribeirinho é tecido por múltiplas camadas de significados que ultrapassam a noção de uso ou domínio físico da terra, tornando-se espaço de pertencimento, conflito, risco e resistência.

Segundo Capilé (2023), as relações socioecológicas são compreendidas em duas dimensões interligadas: a material e a simbólica. No plano material, referem-se às interações metabólicas entre os corpos humanos e os ambientes, implicando a transformação de paisagens por meio do trabalho sobre os recursos naturais. No plano simbólico, essas relações incorporam valores, crenças e afetividades que moldam as formas de estar e sentir o território. Essa perspectiva híbrida, definida como sacionatureza (Swyngedouw, 2001), permite compreender o rio Doce como uma entidade que carrega, simultaneamente, funções ecológicas, sentidos espirituais e experiências de dor e deslocamento.

Abordaremos tais relações socioecológicas a partir de três perspectivas interligadas: recurso, sagrado e risco. Cada uma dessas dimensões revela um modo específico — e, muitas vezes, simultâneo — de relação entre as comunidades ribeirinhas e o ambiente fluvial.

Na perspectiva utilitarista, o rio é concebido como recurso natural, essencial para o abastecimento de água, a agricultura, a extração de areia, a navegação, a geração de energia elétrica e a diluição dos resíduos urbanos. Essa lógica funcional historicamente estruturou o crescimento de Governador Valadares, cidade que se desenvolveu às margens do rio e se beneficiou de suas condições ecológicas para a expansão industrial e urbana (Jasso, 2016; ANA, 2016).

Mas a experiência ribeirinha não se limita ao pragmatismo. No campo do simbólico, o rio é também sagrado. Para os povos originários Krenak, por exemplo, o rio Doce — chamado Watu — é um ancestral vivo, um parente que constitui o cerne da identidade espiritual e cultural de seu povo (Krenak, 2019). Suas águas não apenas sustentam a vida, mas também carregam narrativas de origem, saberes transmitidos oralmente e práticas rituais que interligam natureza, tempo e memória. Como afirmam Kopenawa e Albert (2015), o rio e a floresta são dotados de intencionalidade, sensibilidade e espiritualidade e, por isso, não são apenas paisagem, mas sujeitos de relação.

Por fim, na dimensão do risco, o rio também representa uma fonte de incertezas e vulnerabilidades. O risco aqui é visto como uma ameaça produzida no contexto da sociedade industrial moderna, onde sua fabricação não se limita ao ambiente biofísico, mas é potencializado pela ação humana decorrente de intensas transformações da paisagem. Na sociedade do risco, tais ameaças não se circunscrevem a pequenos locais, sendo sempre ampliadas em escala em complexas cadeias de causalidade entre tecnologia, ambiente e as consequências deletérias desse encontro (Beck, 2010). No contexto da bacia do rio Doce, as enchentes periódicas sempre afetaram diretamente a segurança e o cotidiano das comunidades ribeirinhas. Esses eventos, que antes faziam parte de um ciclo sazonal reconhecido, tornaram-se cada vez mais imprevisíveis e devastadores, sobretudo após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, que lançou rejeitos de mineração ao longo da bacia. A experiência do risco passou a habitar não apenas o campo físico, mas também o emocional e o simbólico: o medo das águas contaminadas, a ansiedade em tempos de chuva, o trauma das perdas, a ruptura dos

vínculos com o território. Como destaca Tuan (2012), o medo territorializado (topofobia) surge quando o espaço antes afetivo se transforma em ameaça.

Essas três concepções: recurso, sagrado e risco coexistem, se entrelaçam e se tensionam na experiência das populações ribeirinhas urbanas, revelando a complexidade socioecológica do rio Doce e de seu entorno.

Segundo Espíndola (2008), o rio Doce favoreceu a navegação e consolidou o comércio entre estados vizinhos, desempenhando papel central na articulação regional. Ainda hoje, como observam Chaves et al. (2023), o rio molda a dinâmica urbana de Governador Valadares, especialmente em momentos de enchentes, que evidenciam a íntima relação, ora de dependência, ora de risco, entre a cidade e suas águas. Além disso, o rio Doce é responsável pela captação da água que abastece o município. Esse uso intensivo remonta ao período anterior à fundação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), em 1952 (Portal SAAE, 2025). A dependência hídrica da cidade revela a vulnerabilidade da população frente à degradação da qualidade da água, especialmente após o desastre da Samarco na barragem de Fundão, ocorrido em 2015.

A bacia hidrográfica do rio Doce abrange majoritariamente o estado de Minas Gerais (86% da área total) e, em menor proporção, o Espírito Santo (14%). Essa configuração territorial evidencia a necessidade de cooperação interestadual para a gestão integrada da bacia (Neiva, 2018). O relevo predominante da região é marcado por mares de morros, que conferem à paisagem uma beleza única, rica em biodiversidade, cuja convergência topográfica se direciona justamente para o centro da bacia, onde se localiza Governador Valadares (Espíndola e Wendling, 2008). Essa posição geográfica estratégica transforma a cidade em um elo entre o interior produtivo de Minas Gerais e o litoral capixaba, possibilitando fluxos econômicos e sociais diversos. Assim, o rio Doce se apresenta não apenas como um recurso natural vital, mas como um vetor de integração regional, símbolo de conexão ecológica e humana.

No entanto, a história da ocupação e exploração da bacia do rio Doce também revela uma trajetória marcada por intensas transformações e conflitos. O avanço das atividades industriais, da mineração e da agropecuária resultou em degradação ambiental significativa, comprometendo a saúde dos ecossistemas e das populações humanas (Santos e Macedo, 2023). A crescente urbanização, combinada à intensificação da demanda hídrica, tem pressionado ainda mais os recursos do rio e ampliado a exposição aos riscos de desastres socioambientais.

Cabe realçar que o desastre de 2015, com o colapso da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, marcou esse enredo trágico ao liberar uma grande quantidade de rejeitos de mineração nos afluentes do rio Doce. Este acontecimento extremo, sem precedentes na história da região, provocou uma alteração radical e irrevogável no panorama socioambiental local, e suas consequências foram devastadoras e de longo alcance, sendo amplamente considerado um dos desastres ambientais mais impactantes e significativos da trajetória brasileira.

O rompimento da barragem é aqui lido como um desastre socioambiental, um fenômeno de origem tanto das condições ambientais pré-existentes, quanto das ações humanas embasadas em vieses tecnológicos desprovidos de uma perspectiva mais ampla das próprias consequências sociais e ambientais (Nodari *et al*, 2015). O desastre deixou registros indeléveis na paisagem, cicatrizes profundas que testemunham a tragédia, além de repercussões profundas e duradouras na vida das comunidades afetadas, cujos modos de vida, cultura e subsistência foram dramaticamente alterados e comprometidos. Os moradores da região enfrentaram desafios, desde a contaminação da água até a perda de acesso a recursos naturais vitais para sua sobrevivência cotidiana, criando um cenário de dificuldade extrema. A recuperação, depois de um evento tão catastrófico, torna-se um processo extremamente difícil, complexo e prolongado, que certamente se estenderá por gerações, e cujos reflexos ainda serão sentidos por muito tempo, alterando irremediavelmente a dinâmica social, econômica e ambiental da área (Castro, 2021; Coutinho, 2022).

As situações desafiadoras não ocorreram somente em virtude do desastre socioambiental da Samarco, mas também se fazem presentes nos momentos recorrentes das enchentes do rio Doce. Neste aspecto, as enchentes também corroboram para o rompimento dos vínculos simbólicos e afetivos construídos em determinados lugares, uma vez que elas alteram a forma como os indivíduos se relacionam com seus espaços de vida (Nora, 1993). A enchente de 1979 em Governador Valadares, MG, consideradas uma das maiores enchentes até hoje na cidade é emblemática. Assim como as demais que ocorreram ao longo do tempo, cada uma delas contribuiu na desestabilização da vida cotidiana e os ribeirinhos urbanos relatam não apenas perdas materiais, mas o sentimento de que seus lares deixaram de ser lugares de vida.

Isto posto, o território que emerge das margens do rio Doce carrega, portanto, uma constituição material e simbólica que conjuga múltiplas camadas de sentido: lugar de vida,

de trabalho, de memória, de espiritualidade e de vulnerabilidade. Para além de seu papel físico e econômico, ele abriga tradições, afetos e experiências de pertencimento. Ao longo da bacia, expressões culturais como os banhos de rio, a pesca de barranco e os saberes tradicionais revelam a profundidade do vínculo entre as populações ribeirinhas e suas águas. Ao mesmo tempo em que sustenta a vida, o rio Doce impõe limites e convoca a cidade a repensar suas formas de relação com o meio. Ele estrutura não apenas o espaço físico da cidade, mas também a forma como a população habita, percebe e sente o território. Sua presença configura um território dinâmico em constante tensão entre continuidade e ruptura, entre afeto e medo, entre o cuidado e o descaso. Esse dinamismo implica nos eixos econômicos que permeiam o desenvolvimento de Governador Valadares, em estreito diálogo com as questões hídricas.

O rio Doce e a economia de Governador Valadares: dependência hídrica, mineração e vulnerabilidade urbana

A cidade de Governador Valadares construiu sua trajetória de crescimento apoiada em eixos econômicos que exigem, em maior ou menor grau, a exploração dos recursos hídricos do rio Doce. Essa dependência múltipla torna-se mais evidente quando se considera que, além de ser o principal manancial de abastecimento de água potável da cidade, o rio é também elemento essencial para atividades econômicas como a extração de areia, a agricultura irrigada, a navegação, o comércio e, sobretudo, a mineração.

Segundo Jasso (2016), a utilização intensiva da água para fins industriais no município tem implicado transformações expressivas no uso e na cobertura da terra, alterando significativamente o equilíbrio ambiental da região. A dinâmica de crescimento urbano, marcada pela verticalização imobiliária, pela expansão periférica e pela pressão sobre áreas ambientalmente sensíveis, intensifica o uso predatório da água e acentua desigualdades no acesso ao território.

No entanto, a análise da importância socioeconômica do rio Doce em Governador Valadares deve ir além da leitura utilitarista dos recursos hídricos. Conforme aponta Santos (2009), a lógica econômica imposta ao espaço tende a mascarar as assimetrias geradas pelo próprio modelo de desenvolvimento adotado. A dependência de grandes projetos minerários, o uso intensivo do solo e da água e a ausência de planejamento integrado resultam na marginalização de populações ribeirinhas urbanas, que, mesmo

próximas do rio, são sistematicamente excluídas das políticas de ordenamento urbano e proteção ambiental.

Passos et al. (2023) alertam para o paradoxo que marca a relação entre Governador Valadares e o rio Doce: apesar da centralidade das águas para a economia local e para a sobrevivência de milhares de moradores, a cidade opera com sistemas precários de controle ambiental, sofre com ocupações irregulares em áreas de risco e negligencia medidas preventivas frente a eventos hidrológicos extremos. Esse contexto foi dramaticamente exposto durante o desastre da barragem de Fundão, em 2015, quando a contaminação das águas por rejeitos tóxicos afetou diretamente a saúde da população e interrompeu o abastecimento público por mais de uma semana (Paranaíba, 2015).

Mais do que um simples vetor de crescimento econômico, o rio Doce deve ser compreendido como um elemento estruturante de múltiplas vulnerabilidades. A lógica produtivista que orienta o uso do território naturaliza desigualdades históricas, acentuando as contradições entre os interesses do capital, representados, em grande medida, pelas empresas mineradoras, e os direitos das populações locais à permanência, ao saneamento básico, à terra e à água (Santos, 2009).

Passos, Coelho e Dias (2017) evidenciam que a estrutura de poder presente no contexto socioeconômico de cidades mineradas coloca as comunidades em posição de constante fragilidade frente à atuação das grandes corporações do setor. Com forte influência sobre a economia local, essas empresas controlam a maior parte das oportunidades de emprego e respondem por parcela significativa da arrecadação municipal. Em períodos de crise, apontam as autoras, os efeitos socioambientais tornam-se ainda mais agudos, manifestando-se por meio da intensificação da exploração da força de trabalho, de demissões em massa e da ampliação descontrolada das frentes de extração mineral — justamente quando os cofres públicos enfrentam queda acentuada de receita.

Nesse cenário, as mineradoras não apenas consolidam sua centralidade econômica, mas também operam como agentes políticos capazes de tensionar o aparato regulatório. Conforme Passos, Coelho e Dias (2017), essas empresas exercem forte pressão sobre os governos para a flexibilização de normas ambientais e a celeridade na liberação de novas concessões, quase sempre sob a justificativa de que o setor mineral é indispensável para a sustentação da economia local. A crítica das autoras recai, assim, sobre uma lógica perversa, em que os interesses econômicos vinculados à mineração

suplantam as demandas sociais e ambientais das populações afetadas, sobretudo em contextos de instabilidade econômica e de desmonte das políticas públicas.

Portanto, refletir sobre a importância socioeconômica do rio Doce em Governador Valadares requer situar o rio como objeto de disputa: entre o desenvolvimento e o esgotamento; entre a exploração e a preservação; entre o uso coletivo e o controle privado. Essa reflexão deve estar ancorada em uma visão crítica da territorialidade urbana, que reconheça as interdependências entre sociedade, economia e ambiente, e que considere os riscos socioecológicos como parte constitutiva da realidade urbana contemporânea.

A imaterialidade da dinâmica hidrosocial do rio Doce

Ao adotar essa perspectiva mais ampla e inclusiva, percebemos que o território é um componente vital para fortalecer essas comunidades, promovendo um senso de pertencimento e resiliência que lhes permite enfrentar desafios socioambientais complexos, como enchentes e a degradação ambiental resultante da ação antrópica. Assim, a compreensão do território como um conceito multifacetado e interligado é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e sensíveis, que atendam às necessidades específicas e urgentes dessas comunidades vulneráveis. Podemos verificar na entrevista de Creuza Maria (2023) o território como componente vital para fortalecer a comunidade:

Meus vizinhos, as pessoas também, a gente... Nós tivemos, criamos um laço de amizade como se fossem nossas famílias. Pessoas muito, muito queridas que até hoje a gente é muito grato. [...] E todo mundo ajudando a gente não sair do bairro. Procurando uma casa que não fosse água e que a gente pudesse comprar. Então, é. E até que enfim, encontramos a casa em que nós moramos hoje. Que não ia na água (Creuza Maria - depoimento, 2023. Governador Valadares, OBIT/Univale).

A fala de Creuza Maria (2023) é carregada de afetividade e de pertença ao território do Bairro São Pedro e de sua relação com o rio Doce, elemento central da vida em comunidade e identidade com o território:

A minha história com rio Doce. Quando eu olho pra ele, ... É... parece que ele fala comigo: "Eu estou sofrendo junto com você. Eu também

estou sofrendo". Porque é um rio morto. Antes, ele trazia muita alegria para nós. Era um rio livre. E hoje não. Hoje ele está escravizado pela... Por todo aquele rejeito que saiu. Naquela... Daquele lamaçal. Daquela avalanche de minério que veio (Creuza Maria - depoimento, 2023. Governador Valadares, OBIT/Univale).

Para fortalecer essa visão, Haesbaert (2004) introduz o conceito de multiterritorialidade, argumentando que indivíduos e grupos sociais não estão confinados a um único território, mas pertencem a vários, simultaneamente e de forma dinâmica, adaptando-se a diferentes contextos geográficos e culturais. No contexto dos ribeirinhos urbanos, observa-se as territorialidades urbanas, que são frequentemente marcadas pela precariedade das condições de vida e pela vulnerabilidade socioeconômica de bairros como: São Paulo, Santa Rita e Santa Terezinha. As enchentes do rio Doce não apenas desestruturam fisicamente essas territorialidades, causando danos materiais significativos, mas também provocam rupturas profundas nas dimensões simbólicas e identitárias do espaço vivido, afetando o senso de pertencimento e continuidade cultural.

Nessa mesma dinâmica de interação com o território urbano, ao entrevistar Paulo Guido, surfista, canoísta, morador da Ilha dos Araújos, investigamos como era a relação dele com o rio Doce quando ele ainda era criança. Na infância, o rio Doce apresentava-se como uma presença invisível para Paulo Guido. Ao ser questionado sobre o momento em que iniciou sua interação com o rio, é possível identificar como suas experiências gradualmente o conduziram a reconhecer, perceber e estabelecer uma relação significativa com esse elemento natural.

É... aí o seguinte, a interação foi que aqui, nessa margem aqui, né, tinham vários pontos de captação de areia. Tinham as dragas que tiravam areia do rio. E areia, menino gosta de brincar na areia, né. Aí pronto, opa. Como é, como é que funciona a draga? A draga puxa a areia do rio e ela vem com a água, né. Aí joga através do dos tubos, né. Joga água e a água sai e vai ficando na areia, areia, areia, fica esse montão de areia. Mas isso formava poço de água, então eu sempre estava na margem do Rio mais por causa da brincadeira da areia. [...] Até que, em meados de 82, 83, aí começou a prática da canoagem aqui. Aí, aquilo ali me atraiu, né. Antes, só via barquinho, assim, andando no rio, né que o pessoal usava pra poder ir até a draga, né. A draga ficava lá longe lá. Aí os cara com aquele tanto de caiaque no rio, colorido. Aquilo me chamou a atenção (Paulo Guido - depoimento, 2022. Governador Valadares, OBIT/Univale).

A atividade da draga, ao deslocar grandes volumes de areia e formar poços d'água, marca simbolicamente o início de um novo ciclo de experiências para o entrevistado — momento em que se inicia a prática da canoagem. É nesse contexto que o rio Doce, antes invisível, torna-se perceptível e significativo. Essa visibilidade, contudo, não se dá por uma alteração física no rio, mas sim por uma mudança na forma como o entrevistado o percebe e se relaciona com ele. Conforme argumenta Tuan (2012), a construção de uma relação afetiva com o espaço — expressa na transição da brincadeira na areia para a prática da canoagem — é fundamental para a transformação do rio em um lugar vivido. Essa transformação revela não apenas uma paisagem afetiva, mas também a emergência de uma paisagem simbólica, inscrita na experiência e na memória do sujeito.

Contudo, para além de seu papel funcional e da perspectiva de degradação ambiental, o rio Doce continua sendo um território simbólico, espiritual e afetivo. Entre os povos originários do vale do rio Doce, como os Krenak, o rio é reconhecido como Watu, ou seja, um ser vivo, um parente ancestral, cuja existência sustenta a cosmovisão e a continuidade cultural de toda uma coletividade (Krenak, 2019). A visão de mundo dos Krenak apresenta a compreensão de que cada elemento do mundo natural está incutido de significado e espiritualidade, onde tudo (seres vivos e divindades) tem um propósito na religião como todo. Kopenawa e Albert (2015) vão descrever a floresta como um ser vivo que sente a ação humana e que é dotada de espiritualidade. Munduruku (2013) trata os saberes indígenas dentro do território através da oralidade e aponta os rios como ancestrais de proteção e instrução. Todas essas narrativas que apresentam personagens míticos e eventos significativos vão fortalecendo o sentido de pertencimento e perpetua a memória coletiva dos povos originários. Dessa forma a morte do Watu, seja física ou pelo apagamento de sua importância é o silenciar de um rio e o silenciar de uma coletividade.

Em suma, a dimensão imaterial presente na tessitura hidrosocial do rio Doce se revelou na interseção entre as vivências cotidianas e as dimensões cosmológicas. Se, por um lado, os relatos de Creuza e Paulo ilustram a transformação do espaço físico em lugar através da dor, do afeto e do uso recreativo, a perspectiva Krenak expande essa visão, nos lembrando da ancestralidade do Watu. Ao longo de suas margens, práticas como os banhos de rio, a pesca artesanal, os cultos religiosos e as narrativas construíram memórias coletivas que associam o rio à vida e à identidade local.

O rio como risco: enchentes, lama e medo

O rio Doce, para além de sua importância ecológica e social, também se impõe como um agente de risco na experiência urbana de Governador Valadares. Ao longo dos anos, os eventos de cheia se repetiram de forma cíclica, moldando a paisagem, a arquitetura das casas ribeirinhas, as rotinas preventivas e as formas de convivência com a água. Contudo, nas últimas décadas, as enchentes deixaram de ser apenas um fenômeno natural e passaram a expressar a vulnerabilidade resultante de múltiplos fatores antrópicos: a degradação ambiental, a urbanização desordenada, a ocupação de áreas de risco e a intensificação dos eventos climáticos extremos.

O entendimento do território, a partir dos demais conceitos salientados por Tuan (1983), deve ser abordado como um espaço repleto de vivências, onde significados afetivos e culturais se entrelaçam, conferindo uma singularidade à experiência do espaço habitado. Nesse contexto, o conceito de 'lugar' emerge como um construto histórico e simbólico, que tece memórias, identidades e as intrincadas relações sociais que permeiam a vida de seus habitantes, como bem observa Certeau (1998). Ao refletir sobre essa dinâmica, evidencia-se a importância da percepção coletiva na formação do espaço, onde cada elemento remete a uma narrativa compartilhada, reforçando a conexão entre o indivíduo e seu entorno. Essa intersecção entre o vivido e o simbólico revela a profundidade da experiência humana, ressaltando que o espaço não é apenas um cenário, mas um verdadeiro palco de interações e significados que moldam a identidade coletiva.

Assim, historicamente, os moradores das margens do rio Doce construíram uma relação de proximidade com suas águas. Essa convivência, no entanto, tem sido marcada por um paradoxo: ao mesmo tempo que o rio garante o abastecimento, o lazer e a fertilidade do solo, ele também representa, cada vez mais, uma ameaça concreta à integridade física e emocional das comunidades ribeirinhas urbanas. Governador Valadares vivencia essa ambiguidade de forma intensa, especialmente nos períodos de cheia, que expõem a população a um ciclo recorrente de inundações, perdas e insegurança.

Como destaca Milton Santos (2006, p. 12), "a partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas", podemos entender que a formação da identidade das

comunidades ribeirinhas se desenvolve a partir das práticas diárias que estão profundamente enraizadas no território, moldado pela influência significativa do rio Doce. Conforme Lira e Chaves (2016, p. 73) “as comunidades tradicionais ribeirinhas são o lócus onde os ribeirinhos estabelecem as relações sociais, em que o rio lhes traduz um significado muito grande, configurando-se como complemento de suas vidas”. Nesse contexto, os estilos de vida são moldados pelos ritmos naturais e pela dinâmica dos rios, reforçando a ligação entre os ribeirinhos e seu entorno.

Para os autores, o termo "ribeirinho" identifica um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, em um espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc. Isto posto, essas comunidades desempenham um papel fundamental na preservação, valorização e promoção das ricas tradições locais que integram sua identidade cultural. Elas se configuram como guardiãs de conhecimentos ancestrais e promovem uma intensa interação com o meio ambiente. A compreensão de suas vivências, peculiaridades e desafios é essencial para a promoção de políticas públicas que assegurem seu direito à terra, ao espaço que habitam e aos recursos dos quais dependem para viver dignamente (Lira e Chaves, 2016). Considerando a especificidade do objeto de estudo, optou-se por utilizar a expressão "ribeirinhos urbanos" (Gomes, 2017) para abarcar a diversidade de experiências e identidades desses indivíduos, que, apesar de manterem laços com o mundo fluvial, estão inseridos em dinâmicas urbanas complexas.

Essa dinâmica pode ser dimensionada a partir dos dados da Defesa Civil que indicam que, nos últimos 15 anos, a ocorrência de pelo menos oito episódios significativos de alagamentos com impactos diretos sobre a população em Governador Valadares. Esses eventos, somados ao rompimento da barragem de Fundão em 2015, que lançou milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos no rio, alteraram profundamente a percepção do risco e a relação afetiva com as águas. O que antes era identificado com a fartura da pesca ou com o alívio do calor nas tardes de verão, passou a ser associado à contaminação, à perda e ao medo.

Ribeiro (2008) destaca que os riscos ambientais deixam de ser apenas possibilidades futuras quando passam a integrar o cotidiano dos sujeitos, inscrevendo-se em suas memórias e práticas. Em Governador Valadares, essa realidade é visível nas

palavras de moradores que, ao relembrar as enchentes, falam do “trauma de ver tudo submerso”, da “lama que tomou conta das ruas” e da “espera pelo aviso de evacuação”. Como argumenta Ribeiro (2008), o risco não está somente na ocorrência de desastres, mas na forma como ele se manifesta nas relações sociais, nas políticas públicas e na distribuição desigual das vulnerabilidades. Governador Valadares é um exemplo desse processo: grande parte da população afetada pelas cheias encontra-se em áreas de ocupação precária, com infraestrutura urbana deficiente e políticas de mitigação praticamente inexistentes. Nessas regiões, o acesso ao saneamento básico é limitado, as moradias são frágeis e o poder público atua de forma reativa, concentrando esforços apenas nos momentos de crise. Como afirma Beck (2010), vivemos na modernidade do risco, onde os perigos deixaram de ser localizáveis e previsíveis, tornando-se difusos, recorrentes e muitas vezes invisíveis.

É uma realidade recorrente para os ribeirinhos urbanos, de modo geral, expostos à possibilidade de enchentes e, em certa medida, já desenvolveram estratégias para lidar com essa condição. Mesmo aqueles com recursos para edificar casas de dois pavimentos, sendo o superior utilizado como abrigo temporário em períodos de inundação, reconhecem e se adaptam a essa dinâmica. No entanto, o que escapa à previsibilidade desses sujeitos é a vivência de uma enchente contaminada por rejeitos de mineração, um evento inédito e profundamente desestabilizador, que altera não apenas a dimensão material da catástrofe, mas também sua carga simbólica e afetiva. Isso ocorreu na enchente de 2022 onde o rio Doce estava carregado de rejeito devido ao rompimento da barragem de Mariana em 2015.

A compreensão da vulnerabilidade é fundamental para entender como as enchentes impactam não apenas a infraestrutura das regiões ribeirinhas, mas também a identidade e o modo de vida de seus habitantes. Para servir de exemplo, a entrevista de Andréia, moradora do bairro Ilha dos Araújos após ser questionada como foi sua relação com os vizinhos depois da enchente:

Olha, nossa relação estreitou ainda mais. É de um chamar o outro para tomar café. É... um vizinho aqui da outra casa que eu falava só bom dia, boa tarde. Ele hoje já vem, e questiona que minha árvore está muito grande, e se eu quero ajuda para podar. Ele já limpou meu quintal. É... quando eu viajo é... eu aviso para os vizinhos. Então essa relação ficou muito boa, muito próxima é... quando eles viajam, eles me avisam que viajaram para eu, qualquer coisa, eventualidade. E

então um se ajuda, o outro. Quando necessário (Andreia - depoimento, 2023. Governador Valadares, OBIT/Univale).

Diante dos crescentes riscos ambientais que ameaçam a integridade dos ecossistemas e das comunidades humanas, a teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck (2010), se mostra extraordinariamente relevante e atual. Essa teoria revela como as comunidades ribeirinhas de Governador Valadares, em Minas Gerais, exemplificam a vulnerabilidade intensificada por fenômenos globais, como as mudanças climáticas e os desastres socioambientais.

Andreia contribui com sua fala ao descrever como ela acompanha o nível do rio Doce no período de enchentes:

E aí você começa a perceber, saber em qual momento que a água realmente chega. É... é que é inundação. Então você vai monitorando. Eu vou monitorando pela régua... mais pela régua do SAAE. Pelo SAAE, pelo site. E em último instante, o rio. Você começa, vai ver o rio, como é que ele tá. Se ele subiu muito, inclusive essas poucas chuvas que teve ontem eu passei: "ó... o rio está bem cheio" (Andreia - depoimento, 2023. Governador Valadares, OBIT/Univale).

Essa vigilância constante demonstra que a comunidade está sobre uma ameaça ambiental e que nesse caso o risco não é um evento isolado, mas uma condição permanente que molda as práticas sociais. A compreensão das interações sociais nas comunidades ribeirinhas urbanas, especialmente em face das inundações do rio Doce, demanda uma perspectiva que transcenda a mera avaliação do ambiente físico. É preciso considerar as relações de poder e as práticas cotidianas que permeiam a vida desses grupos, refletindo sobre como as adversidades naturais moldam as identidades e as estratégias de resiliência. A injustiça ambiental de acordo com Santos (2013) ocorre de maneira estruturada, desmobiliza os atores sociais, a conivência das instituições de poder, passando pelas agências reguladoras, bem como as apropriações desiguais da riqueza. Todos esses fatores apresentados vão contribuir para que aqueles que são diretamente afetados por esse aparato de injustiça, se encontram submetidos a condições de vulnerabilidade e exclusão, desprovidos de mecanismos de participação nas decisões que impactam suas vidas.

Tuan (2012), ao tratar da dimensão emocional dos espaços, lembra que a experiência do medo pode alterar profundamente os vínculos com o lugar. A topofilia — o amor pelo território vivido — dá lugar à topofobia, quando o espaço se torna fonte de

angústia e insegurança (Tuan, 2005). Essa inversão afetiva está presente no cotidiano das comunidades ribeirinhas urbanas de Valadares, que convivem com a possibilidade de nova enchente a cada temporada de chuvas, mas que também resistem, reconstruem suas casas e reafirmam sua identidade no mesmo território ferido.

A exposição crescente ao risco não é apenas consequência de causas naturais, mas reflexo da precariedade da gestão urbana, da ausência de políticas habitacionais adequadas e do modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento da segurança da população. Como apontado no relatório do CBH-Doce (2010), a fragilidade das infraestruturas de contenção, a inexistência de sistemas de alerta eficazes e o déficit de saneamento agravam os impactos dos desastres e colocam milhares de famílias em situação de risco permanente.

Bairros ribeirinhos como Santa Rita, São Raimundo, Ilha dos Araújos, Santa Terezinha, Elvamar, Vila Isa, São Pedro, Jardim Alice, entre outras na faixa de inundação do rio Doce, situam-se em faixas vulneráveis, onde o transbordamento do rio em períodos de cheia é recorrente. Esses bairros, em sua maioria marcados por ocupações de perfil popular e infraestrutura urbana desigual, revelam a face territorializada do risco ambiental. A presença contínua de moradores nessas áreas — muitos deles com vínculos históricos e afetivos com o rio — aponta para uma convivência com o risco não apenas como condição de precariedade, mas também como resistência cotidiana em territórios negligenciados pelo planejamento urbano. A coincidência entre vulnerabilidade socioespacial e exposição hidrológica reforça o caráter estrutural do risco, que, nesse contexto, não é natural, mas produzido por décadas de ausência de políticas públicas integradas e justiça ambiental.

A presença dos moradores mais antigos é especialmente significativa. São sujeitos que vivenciaram o rio em sua função mais vital: a pesca de barranco, os banhos no verão, a irrigação das hortas. Eles testemunharam as transformações da paisagem e acumulam saberes locais que muitas vezes não são reconhecidos pelas políticas de gestão ambiental. Esses habitantes antigos compõem um tipo específico de resistência — silenciosa, cotidiana, mas profunda — frente à ameaça de remoção, ao estigma da periferia e ao descaso institucional.

Portanto, pensar o rio Doce como risco é reconhecer que, em Governador Valadares, a ameaça não vem apenas das águas que transbordam, mas também das

escolhas políticas, da negligência institucional e das ausências que moldam um território em estado permanente de vulnerabilidade.

As estratégias de resistência que os moradores implementam configuram-se como um testemunho da resiliência comunitária, refletindo, portanto, a luta pela afirmação de seus direitos e a busca por soluções que garantam a dignidade e a segurança no convívio com um ambiente em constante transformação.

Considerações Finais

Este artigo buscou aprofundar a compreensão das complexas relações socioecológicas que permeiam a convivência entre o rio Doce e as comunidades ribeirinhas urbanas de Governador Valadares. Demonstrou-se que o rio, fundamental para a constituição do território e das identidades locais, é percebido simultaneamente como recurso vital, elemento sagrado e fonte de risco.

A análise revelou que, historicamente, a formação urbana e a economia de Governador Valadares se desenvolveram em intrínseca dependência do rio. No entanto, essa interdependência também evidenciou profundas vulnerabilidades socioambientais, exacerbadas pela lógica da mineração e por eventos traumáticos como o desastre do rompimento da barragem da Samarco em 05 de novembro de 2015 e a nova dinâmica das enchentes. Tais eventos transformaram a percepção dos ribeirinhos urbanos sobre o rio Doce, induzindo sentimentos de medo, luto e a desestruturação de vínculos.

Apesar das adversidades e da precariedade das políticas públicas, as comunidades ribeirinhas urbanas persistem em seus territórios, forjando uma identidade coletiva marcada pela resiliência e por estratégias diversas de resistência. Os depoimentos dos moradores atestam a força dos laços afetivos com o rio e o bairro, ao mesmo tempo em que revelam a injustiça ambiental e a negligência institucional a que estão expostos.

Em suma, a realidade dos ribeirinhos de Governador Valadares reflete um território vivido, constantemente moldado e disputado por forças materiais e simbólicas. Este estudo enfatiza que a compreensão dessa dinâmica é essencial para reconhecer não apenas os impactos e vulnerabilidades, mas também a persistência de identidades e a capacidade de organização frente aos desafios impostos por um rio que é, para essas comunidades, ao mesmo tempo vida e ameaça. A discussão aqui apresentada visa

contribuir para o reconhecimento e a valorização dessas populações, cujas memórias e existências continuam a ser forjadas nas margens do rio Doce. Este artigo apresentou os impactos socioambientais, as vulnerabilidades e as estratégias de resistência que transpõem a vida dessas populações.

Referências

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental*. São Paulo: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 207–221, maio 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- ALMEIDA, M. F. B. de. *Matas ciliares da bacia do rio Doce*: impactos do rompimento da barragem de Fundão. Governador Valadares; Univale Editora, 2021.
- ANA (Agência Nacional de Águas). *Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce – Rompimento da Barragem em Mariana/MG*, 22 mar. 2016.
- BECK, U. *Sociedade de risco*: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CAPILÉ, B. Muito mais do que doce: as relações socioecológicas como formas de resistência/resiliência no rio Doce, Governador Valadares (MG), Brasil. *Coordenadas. Revista de Historia Local y Regional*, v. 10, n. 2, 2023.
- CASTRO, M. F. *Análise de estudos sobre o colapso da Barragem de Fundão - 2015*. Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Graduação em Engenharia de Minas Gerais – Ouro Preto, 2021.
- CBH-DOCE. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Planos de Ações para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Rio Doce. Vol. I, 2010 – 472p. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PIRH_Doce_Volume_I.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAVES, D. M.; ASSIS, C. B. R.; FURBINO, S. A. R. Impactos das enchentes do rio Doce em Governador Valadares no período de 2013 a 2022. *Revista Científica FACS*, Governador Valadares, v. 23, n. 2, p. 42-52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.univale.br/index.php/revcientfacs/article/view/609>. Acesso em: 9 jun. 2025.

COUTINHO, E. A. *A produção de desastres da mineração em Minas Gerais: a barragem de Fundão e a contaminação de paisagens*. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2022.

ESPINDOLA, H. S. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39: p.177-197, jan/jun. 2008.

FREITAS, R. A. de. Resenha: Paisagens do Medo. *Revista Amazônica sobre Ensino de Geografia*, [S. I.], v. 3, n. 2, 2022. Disponível em: <https://raseng.com/index.php/raseng/article/view/84>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GOMES, R. S. D. *Ribeirinhos urbanos: uma vida à margem do direito à moradia*. Orientadora: Luciana Corrêa do Lago. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2017.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. *Inclusão de ecossistemas de água doce no planejamento da conservação duplica efeitos benéficos sobre a biodiversidade aquática*. Notícia. Manaus, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias/inclusao-de-ecossistemas-de-agua-doce-no-planejamento-da-conservacao-duplica-efeitos-beneficos-sobre-a-biodiversidade-aquatica>. Acesso em: 11 jun. 2025.

JACOBI, P. R.; FRANCALANZA, A. P. *Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, [S. I.], v. 11, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/7816>. Acesso em: 16 jun. 2025.

JASSO, G. M. La apropiación de la naturaleza como recurso. Una mirada reflexiva. *Gestión y ambiente*, v. 19, n. 1, p. 141-154, 2016.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar., 2016.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MUNDURUKU, D. *A sabedoria das árvores*. São Paulo: Selo Negro, 2013.

NEIVA, J. A. de F. *Águas do rio Doce*: diagnóstico de suas condições e os impactos decorrentes do desastre de Mariana-MG. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia . Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

NODARI, E. S.; ESPÍNDOLA, M. A.; LOPES, A. R. S. (orgs.) *Desastres socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PARANAÍBA, G. Governador Valadares interrompe captação de água por conta da lama no Rio Doce. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 nov., 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,705897/governador-valadares-interrompe-captacao-de-agua-por-conta-da-lama-no.shtml. Acesso em: 28 jun. 2025.

PASSOS, F. L.; COELHO, P.; DIAS, A. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. *Cadernos Metrópole*, [S. I.], v. 19, n. 38, p. 269–297, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3811>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, J. P.; MACEDO, D. R. Influências da composição e estrutura da paisagem sobre a qualidade da água em múltiplas extensões temporais e espaciais na unidade hidrológica do rio Doce em Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10433182>. Acesso em 25 jun. 2025.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVEIRA, M.; SOUZA, M. L. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 350 p. *Novos Cadernos NAEA*, [S.I.], v. 26, n. 1, abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/12722>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade, e urbanização-cyborg. In: ACSELRAD, H. *A duração das cidades*: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. DP&A Editora, 2001.

TUAN, Y.-F. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Y.-F. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Y.-F. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

NOTAS

AUTORIA

Edilson Faria Lima

Mestre em Gestão Integrada do Território

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), Governador Valadares, Minas Gerais/Pesquisador no Observatório Integrado do Território (OBIT/Univale)

edilsonfarialima2016@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0009-8435-0780>

Patrícia Falco Genovez

Doutora em História

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), Governador Valadares, Minas Gerais/Pesquisadora no Observatório Integrado do Território (OBIT/Univale)/Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (GIT/Univale), na linha de Pesquisa Território, Ambiente, Cultura e Migração

patricia.genovez@univale.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4453-7312>

Bruno Rangel Capilé de Souza

Doutor em História

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), Governador Valadares, Minas Gerais/Pesquisador no Observatório Integrado do Território (OBIT/Univale)/Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (GIT/Univale), na linha de Pesquisa Território, Ambiente, Cultura e Migração

bruno.capile@univale.br

 <https://orcid.org/0000-0001-8860-7584>

INFORMAÇÕES SOBRE A OBRA

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa da dissertação “A enchente de 1979 em Governador Valadares (MG): memórias e lições”, defendida por Edilson Faria Lima. Esta pesquisa está vinculada aos projetos de pesquisa “A presença do rio Doce no metabolismo urbano de Governador Valadares (MG)” e “História ambiental das transformações das paisagens ribeirinhas e das relações socioecológicas no rio Doce, Governador Valadares, MG”, coordenados por Bruno Capilé com a participação da Patrícia Falco Genovez e outros pesquisadores, junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (GIT/Univale), 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para o projeto de pesquisa “A presença do rio Doce no metabolismo urbano de Governador Valadares (MG)” processo APQ-00640-22. Também contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o projeto de pesquisa “História ambiental das transformações das paisagens ribeirinhas e das relações socioecológicas no rio Doce, Governador Valadares, MG”, processo 402628/2021-7. Também amparado com bolsa de mestrado da Fundação Percival Farquhar (FPF), e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração do manuscrito: E.F. Lima

Análise de dados: E.F. Lima; B. Capilé

Discussão dos resultados: E.F. Lima; P. F. Genovez, B. Capilé

Concepção, revisão e aprovação: E.F. Lima; P. F. Genovez, B. Capilé

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

FINANCIAMENTO

Bolsa de mestrado. Fundação Percival Farquhar (FPF); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), processo APQ-00640-22; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 402628/2021-7.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O projeto de pesquisa sob CAAE “55504022.2.0000.5157”, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce, Fundação Percival Farquhar (Univale/FPF). As entrevistas aqui presentes, e muitas outras, se encontram integralmente no site <https://vozesdorio.univale.br/>.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste

artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Eunice Sueli Nodari, Jo Klanovicz e Hernani Ciro Santana

HISTÓRICO

Recebido em: 30-06-2025 – Aprovado em: 12-08-2025 – Publicado em: 09-12-2025